



## **Transformações técnicas na roça do Alto Vale do Itajaí (SC): hipóteses a propósito do declínio do mutirão agrícola**

Yves Marcel Seraphim<sup>1</sup>

**Resumo:** Este trabalho discute a história técnica das roças de colonos teuto-brasileiros no Alto Vale do Itajaí (SC) com foco na transição dos mutirões agrícolas à fumicultura agroindustrial. Demonstro que a atividade coletiva e coordenada de roçagem no pixurum consistia numa operação condicionante da queima (coivara) subsequente como meio de abertura espacial e fertilização do solo por meio das cinzas. Com base na história agropecuária de colonos teuto-brasileiros, o artigo explora as contradições e as articulações entre técnicas de adubação via cinzas (coivara para diversos cultivos) e técnicas de adubação via esterco animal (caso do tabaco). Nessas tensões, bem como nas transformações implicadas pela difusão do trator e nas representações de técnicos agrícolas, estão os motivos que encontro para o desfavorecimento das técnicas de coivara e, por conseguinte, o desaparecimento dos mutirões.

Palavras-chave: transformações técnicas, mutirões, fumicultura, teuto-brasileiros

Três foices. Estampidos secos, um após o outro, preenchiam o som no Alto Vale do Itajaí (SC). Um pouco mais suave era o som do ar cortado pelos movimentos que fazíamos eu, Dinarte e Zé Bigode. Roçávamos, isto é, com o corte da foice tornávamos homogêneo o nível de plantas e gramíneas numa porção de terra onde se plantaria pastagem artificial para o gado. Em certo instante, Dinarte, o mais velho do grupo, nos seus oitenta anos, alertou-me: “Rapaz, cuida com essa foice, que a gente tá tudo pertinho um do outro roçando assim parelho. Isso aqui tá que nem os pixurum de antigamente”.

Desde então me esforço em entender como ocorriam esses pixurums – variação linguística de “mutirões” – realizados para roçar um espaço destinado à lavoura. Tendo em vista que foi roçando que conheci o pixurum, meu propósito específico é descrever os imperativos técnicos envolvidos na realização de antigos mutirões agrícolas no Alto Vale do Itajaí (SC). Dado que a partir dos anos sessenta houve uma diminuição na ocorrência desses mutirões, elaboro nas páginas que se seguem razões para o desaparecimento durante a implementação da agroindústria fumicultora na região. Como o mutirão será entendido sobretudo pelo ponto de

---

<sup>1</sup> Mestrando em Antropologia Social, PPGAS, Universidade de Brasília.

vista de sua tecnicidade na fabricação das lavouras, as explicações para seu desaparecimento seguirão também os vieses técnicos da transformação na agricultura do Alto Vale, sem adentrar, contudo, nas configurações econômicas e estatais da época e do contexto. Em particular, o texto se concentra nas mudanças implicadas na adubação do solo para o cultivo do tabaco, observando que essas formas de adubação tabaqueiras prescindem do efeito fertilizante da queima de coivara, o que a torna dispensável, bem como o mutirão que a antecedia e a condicionava tecnicamente.

Em linhas breves, o *pixurum* (“mutirão”) era o evento que reunia vizinhos e parentes na propriedade de um agricultor a fim de que derrubassem e/ou roçassem um espaço de mata virgem ou de capoeira, isto é, de mata regenerada. Lado a lado, e com foice e cachaça em mãos, os agricultores roçavam o local que futuramente daria lugar à lavoura. Ao longo do dia, enquanto os homens roçavam, as mulheres trabalhavam preparando as refeições. À noite, findado o serviço, o núcleo familiar anfitrião oferecia um baile a todos que trabalharam.

Tendo esboçado brevemente o que era um *pixurum*, convém distribuir os objetivos deste texto. A primeira seção contextualiza e descreve as práticas da modalidade de ajuda mútua de trabalho agrícola que, após os anos sessenta, começa a desaparecer das roças do Alto Vale do Itajaí para, a partir daí, assinalar a correspondência entre técnica e relações sociais em uma região de colonização alemã. Se, como indica Eduardo Di Deus, “a antropologia da técnica que vem ganhando fôlego no Brasil pode se beneficiar de um olhar de longa duração e para as transformações” (Di Deus 2017: 339), na esteira de estudos que tematizam técnicas e suas transformações por meio de abordagens diacrônicas (Di Deus 2017; Relly 2019) este texto pretende esboçar uma história técnica da roça que contribua ao conhecimento dos modos de organização camponesa do trabalho e suas transformações, tema esmiuçado na segunda e na terceira seções do texto. Mais especificamente, a segunda seção se volta a dados históricos da fumicultura para observar suas continuidades entre camponeses alemães e colonos teuto-brasileiros, tendo como foco a longa proximidade entre tabaco e adubos<sup>2</sup>.

É importante, primeiro, ilustrar o campo em questão. O Alto Vale do Itajaí (SC) é uma região formada por minifúndios de agricultura familiar. Descendentes de imigrantes alemães, identificados como colonos, compõem parte da população local e são os sujeitos da pesquisa.

---

<sup>2</sup> Adianto que “memória” não é o objeto de estudo deste texto. Isso significa que não me debruçarei sobre a relação entre a concepção local de história e suas explicações no presente para as transformações do passado. Um tanto estritamente, as falas dos interlocutores compõem o esforço de descrever as ações técnicas do *pixurum*, observado sob sua faceta agrícola. A alternância entre frases dos colonos e dados históricos ocorre num mesmo esforço de reconstrução de fenômenos socio-agrícolas não observáveis empiricamente hoje no Alto Vale do Itajaí.

No interior catarinense, como sintetizou Giralda Seyferth, colono é quem se representa como descendente de imigrantes europeus quem, a partir do século XIX, “participaram do mesmo processo histórico de colonização e implementação de uma sociedade camponesa baseada na pequena propriedade familiar” (Seyferth 1992a: 2). Como na maioria dos trabalhos da autora, o presente texto se centra na experiência de colonos teuto-brasileiros que vivem e trabalham com suas famílias em pequenas propriedades.

Essas reflexões são resultado parcial de um trabalho de campo realizado entre novembro de 2018 e maio de 2019, em que eu pesquisava as habilidades envolvidas nos processos de trabalho na fumicultura do Alto Vale. Nas conversas com agricultoras e agricultores mais velhos surgia uma genealogia mais geral da roça, recordando os modos de constituí-la antigamente, antes do monocultivo do fumo, e as transformações desde então. Enquanto estudos antropológicos com grupos teuto-brasileiros tiveram por foco tópicos da etnicidade (Seyferth 2004, 1992a; Bahia 2011), os pormenores práticos do trabalho na roça não tiveram a mesma atenção<sup>3</sup>. É nessa seara que se espera contribuir mediante etnografia com colonos que experienciaram o tempo do *pixurum*. Por fim, não se pode deixar de reforçar que este texto aborda tão somente um vetor envolvido no declínio dos *mutirões*, a transformação do nexo *mutirão-coivara-adubação*, deixando de fora as apreciações necessárias – e cujos dados ainda não fui capaz de produzir em campo ou em arquivo – a respeito de duas inserções da segunda metade do século XX: o trator com sua capacidade de abertura espacial (por sua força física e por roçadeiras mecânicas acopladas a ele) e a difusão da assistência técnica agrícola, antagônica à técnicas agrícolas que empregassem fogo. Espero, contudo, que se possa compensar a falta de diversidade de dimensões apresentadas com a concisão de uma discussão específica.

## **O *pixurum* e a coivara**

Voltemos à primeira metade do século XX. Chegado o mês de setembro – um mês antes da melhor época do ano para as queimadas agrícolas subsequentes – em todo sábado havia um grande fluxo de pessoas, foices, bebidas e pratos se concentrando em uma propriedade. A fala

---

<sup>3</sup> O livro clássico de Seyferth (1974) *A colonização alemã no Vale do Itajaí-Mirim* é uma exceção, pois se dedica em parte à descrição do sistema agrícola durante as primeiras fases de colonização na metade do século XIX. Trabalhos posteriores, voltados à situação social do colono-operário, mencionam também os processos de trabalho, mas enfatizam aqueles relativos aos teares domésticos (operados tanto por homens quanto por mulheres), empregados na fabricação de tecidos para comercialização. Esse foi um terceiro momento das relações de trabalho dos teuto-brasileiros em que nem apenas a agricultura, tampouco a fusão entre agricultura e trabalho fabril completavam o rendimento doméstico (Seyferth 1992b).

de Edla dimensiona dois componentes que deveriam ser reunidos, gente e ferramentas: “Teve vez que a gente botou oito num fusca para ir trabalhar num pixurum. Oito e as foices!”. O dono da roça era o *patrão* e os demais trabalhadores, os *foiceiros*. Havia pixuruns com vinte foiceiros e outros beirando a centena conforme a área trabalhada. Vinham parentes que morassem por perto e demais vizinhos, cientes de que em outra data suas terras sediarium o pixurum e seriam eles os patrões.

O serviço dos foiceiros consistia em roçar todo mato, planta e derrubar árvores que crescessem no local em que se fazia a roça. O objeto da atividade de roçar era ou um espaço inédito de mata, ou uma capoeira – antigo espaço de lavoura onde a mata se regenerou. Infelizmente, não obtive informações acerca dos parâmetros que dirigiam a escolha entre os dois tipos de espaços ou acerca do sistema geral de rotação de terras e cultivos, mas acredito que na maioria das ocasiões, a roça era feita em capoeiras, porque as terras eram pequenas, sem capacidade de oferecer matas virgens constantemente, e porque, nas entrevistas, pouco se mencionou as derrubadas de grandes árvores, comuns a tais matas virgens. Trabalhava-se em paralelo, cada um em uma pequena porção de terra. No eito – local destinado à roça – o clima era de colaboração, como disse Afonso: “Aí o colono pega a capoeira mais suja e ele vai custar mais pra foiçar, aí o outro ajuda, pra todo mundo ir junto”. A colaboração, inclusive, não se encerrava aí.

Em muitos casos, o pixurum terminava à noite em um baile com comida, bebida e música patrocinadas pelo patrão. Também durante a jornada, cachaça, música e gritos preenchiam o ar. Aqui os colonos se empolgavam a narrar. “Era foice numa mão e cachaça na outra. Tinha gaitero num toco na roça e ele animava o trabalho. Era o povo gritando e a capoeira caindo. Tão bonito” – contou Vendolino. Por sua vez, Cristiano descreve: “Às vezes o patrão botava a pinga lá na frente do eito, quando a turma chegava lá cada um ganhava um golinho”. As mulheres, que passavam o dia trabalhando para preparar a comida de todas as refeições, também tomavam seus tragos durante o serviço, como contou Terezinha<sup>4</sup>.

Conforme a indicação de Eduardo Di Deus, o conceito de “itinerário técnico” pode sinalizar “os ritmos e fluxos próprios da interação de humanos com cultivos vegetais por não

---

<sup>4</sup> Embora esta não seja a chave analítica objetivada, é evidente que o pixurum pode ser estudado como um rito. Essa colocação, além de se basear na sazonalidade prevista, no caráter festivo e no reforço da socialidade local, está centrada no fato de que, como aponta Mariza Peirano, os ritos não apenas significam, mas *agem* (Peirano 2002: 9). Para que o trabalho não saia dos eixos propostos em seu início, convém centralizar o efeito performativo e eficaz do rito na análise da técnica que o pixurum opera e que será descrita a seguir. Para um ótimo estudo de mutirão agrícola como ritual e festa, ver Brandão 2009.

ter sua ênfase no processo de transformação de uma matéria-prima em produto final” (Di Deus 2017: 153). O conceito é proveitoso para este estudo, pois o *pixurum* representava uma etapa no dilatado processo dos cultivos de milho, feijão e, sobretudo, de mandioca. A sequência do itinerário técnico em questão é a operação que completa o subtítulo desta seção, a *coivara*. Em suma, trata-se da queimada do eito em que se realizou o *pixurum*. O fogo abre espaço na terra para os cultivos e enche a superfície de cinzas, as quais repelem insetos e adubam o solo. Se esses são os efeitos da *coivara*, vale explicitar agora como – dentro do itinerário técnico mais amplo – sua eficácia estava condicionada pelos efeitos prévios das ações do *pixurum*.

Para que a vegetação que cobre a terra do eito queime, é preciso, de antemão, que ela esteja seca o suficiente e, mais importante, que todo o eito esteja seco de forma parelha. Afonso explicou que “se duas pessoas vão fazer duas hectares, vão levar no mínimo quinze dias. Se leva vinte, trinta pessoas, faz num dia só e seca tudo de vereda”. A expressão “tudo de vereda” significa “de uma só vez” e esse é o aspecto de eficácia técnica mais relevante do *pixurum*. Não se tratava apenas de, por meio da quantidade de trabalhadores, agilizar o serviço da roça. Aliás, nenhum dos colonos me relatou *pixurum* – ou outra ajuda mútua estruturada de tal modo – nas etapas da sementeira ou da colheita, o que não implica sua inexistência, senão apenas sua subordinação ideal ao *pixurum* de roçada. Afinal, revela-se que não é insignificante o fato de que o termo *pixurum* estivesse sobretudo associado ao ato de roçar coordenadamente a mata ou a capoeira em antecedência à operação da *coivara*.

De outro modo, contando apenas com a unidade de trabalho da família, o serviço de roçar seria fragmentado em diferentes dias, o que, por sua vez, distribuiria desigualmente o processo de secagem da capoeira cortada. O ponto de *secura* compatível com a queima levava cerca de um mês, logo, se a intenção fosse fazer a queima (*coivara*) em outubro – começo do que era considerado verão – para em seguida fazer o plantio, era necessário realizar o *pixurum* em setembro. Somente a coordenação simultânea de foiceiros, característica do *pixurum*, produzia a uniformidade de efeitos requerida para a sequência adequada do itinerário técnico.

Por isso, parece instrutivo identificar o *pixurum* como uma operação estratégica, expressão que Pierre Lemonnier usa para denotar, dentro de cadeias operatórias ou processos técnicos amplos (como a elaboração de uma roça) as operações que “não podem ser (1) atrasadas, (2) canceladas, ou (3) substituídas sem comprometer todo o processo ou seu resultado final” (Lemonnier 1992: 21, tradução nossa). De fato, o *pixurum* deve ser realizado dentro de uma janela específica de tempo, antes do verão; uma vez iniciado seu efeito só será eficaz se toda a roçagem dos eitos objetivados for completa, para que sequem todos de maneira

homogênea; e até então não havia como contornar a convocação de um pixurum se se pretendia fazer uma limpeza e uma roçagem em escala suficiente para a formação de uma roça. Esse é um argumento fulcral ao presente estudo, pois indica que a onipresença de mutirões nos mais variados contextos agrícolas decorre em parte da transformação qualitativa que exerce sobre a capacidade técnica de trabalho, algo bastante distinto de compreendê-los como uma variação quantitativa dos serviços cotidianos, a ser posta em prática apenas por razões de moral ou festividade, em suma, como se seu acontecimento fosse alheio à tecnicidade do processo de trabalho em jogo.

Como citado no início, um dos principais cultivos dos colonos do Alto Vale do Itajaí entre as décadas de 1950 e 1960 era a mandioca. Nessa época seu cultivo era direcionado à produção de farinha de mandioca em engenhos. Tais engenhos, utilizados também para milho e cana-de-açúcar, situavam-se ao lado dos rios e riachos locais e funcionavam à base da energia motriz fornecida por rodas d'água – diferente dos engenhos do litoral à base da força motriz animal. Ali a mandioca colhida era transformada em farinha para alimentação própria e, em especial, para a venda. Há poucas informações sobre o mercado para essa farinha no Alto Vale, mas um dos canais de comércio sempre citado em minhas entrevistas era o tropeirismo, mesmo que em seus últimos anos. O Alto Vale do Itajaí medeia as regiões do Médio Vale do Itajaí (onde estão cidades como Blumenau e Brusque) e do litoral catarinense com o Planalto Sul, região serrana de antiga tradição ganadeira e que desde os primeiros séculos de colonização do Sul ligava o Rio Grande do Sul ao estado de São Paulo.

Em diferentes bairros rurais em que estive, os colonos mais velhos com quem conversei ressaltavam a qualidade e a quantidade de engenhos de farinha em suas cidades. Em populações que não passavam dos três ou quatro mil habitantes, havia dezenas de engenhos. Vandolino resumia a abundância de engenhos: “a água tava sempre trabalhando em algum engenho”. Nos anos sessenta, no entanto, vieram normas produtivas e sanitárias que demandavam, entre outras coisas, no lugar do habitual ensacamento (em que a unidade de venda era a “saca” de farinha), o empacotamento padronizado<sup>5</sup>. Os colonos não possuíam a infraestrutura necessária para se adequar ou o capital para implementá-la, e, em pouco tempo, os engenhos foram retirados da economia comercial ativa. A mandioca, principal vegetal cultivado por meio do pixurum, subitamente perde sua posição de protagonista nos rendimentos domésticos dos colonos, que se

---

<sup>5</sup> Em sua dissertação sobre a história da fumicultura no Vale do Rio do Peixe, também em Santa Catarina, Ana Dionísio se depara com a mesma situação que levou à falência dos engenhos de farinha graças à prescrição de novos procedimentos técnicos. Assim como entre meus interlocutores a principal memória dessa ruptura está na exigência do empacotamento da farinha (Dionísio 2016: 61-62).

encontravam carentes de alternativas comerciais. Essa carência, porém, não se alongou, quando na mesma época a agroindústria fumageira se difundia pelo interior catarinense. Faz-se necessário, então, discutir a inserção da fumicultura no Sul do Brasil, bem como apontar as razões de tal sistema agrícola prescindir das coivaras, e, por conseguinte, com os pixuruns.

### **O tabaco e a adubação**

Não apresento aqui um histórico detalhado dos fatores econômicos envolvidos na consolidação da fumicultura em Santa Catarina nos anos 60 (cf. Silva 2002; Seraphim, no prelo). Em vez disso, cabe a este texto assinalar apenas qual foi o aspecto técnico da transição entre um sistema agrícola bastante centrado no cultivo de mandioca (para autoconsumo e comercialização) e um sistema agrícola baseado na fumicultura. Mais especificamente, esta é uma oportunidade para tentar explicar como, nessa passagem de um sistema a outro, o mutirão deixou de ser uma operação estratégica na preparação das roças.

Além do fato de o comércio da farinha de mandioca ter sido interrompido pela normatização estatal dos parâmetros de produção, a substituição da mandioca pelo tabaco como cultivo principal para muitos colonos trouxe consigo uma virada no sistema técnico vigente. De acordo com o geógrafo Diogo de Carvalho Cabral, a agricultura no Brasil Colônia pode ser classificada como pirotécnica (Cabral 2012: 73)<sup>6</sup>. Sua tese estuda o período dos séculos XVIII e XIX, mediante sua relação com a abertura florestal nas áreas costeiras de Mata Atlântica (para emprego das madeiras e/ou para implementação agrícola), no entanto, parece plausível entender a agricultura da colonização do interior sul-brasileiro – também em Mata Atlântica, mas que se prolongou até as primeiras décadas do século XX – sob esse mesmo signo. A equiparação é justificável não simplesmente pela presença do fogo, mas sobretudo porque, tal como notou o geógrafo para o quadro colonial, as queimadas na ocupação teuto-brasileira do Alto Vale do Itajaí no século XX também vinculavam desmatamento, agricultura e reclame de posse fundiária.

O tabaco, no entanto, representava uma exceção. Diversos autores indicam que, diferente de outros cultivos ao longo do período colonial (inicialmente no Nordeste), o tabaco não se baseava exclusivamente na pirotecnia, pois era uma das poucas culturas realizadas desde essa época com adubação por meio de esterco animal, fato que autores de diversas disciplinas

---

<sup>6</sup> “Durante a maior parte do período colonial, os agricultores mantiveram-se fieis ao método de derrubar a mata – fosse ela “virgem”, como se dizia, ou já anteriormente cultivada –, queima-la e, sobre as cinzas, plantar suas canas, suas mandiocas, seus feijões e outros cultivares. Para todos os efeitos práticos, a agricultura colonial foi uma agricultura essencialmente pirotécnica” (Cabral 2012: 73).

destacam (Cabral 2012: 210; Relly 2019: 236; Lopes 2005: 24; Silva 2015: 45; Roche 1969: 289; Vogt 1997: 27; Barickman 2003: 296-297). O que permeava essa diferença era a então rara convivência entre agricultura e pecuária. Mais especificamente, essa combinação unia uma agricultura em pequenas propriedades (como costumava e costuma ser o caso do tabaco no Brasil) com métodos variados de confinamento bovino. Caso a criação fosse extensiva, estaria dificultada a coleta posterior do esterco espalhado pelo território de criatório. Caso a propriedade fosse grande, dificilmente haveria esterco suficiente para a adubação, a não ser que o plantel fosse numeroso. A colonização teuto-brasileira no Sul do Brasil correspondeu precisamente a união conveniente entre pequenas propriedades e criação intensiva<sup>7</sup>.

A tese do historiador Eduardo Relly demonstra como ocorreram diversas transferências de técnicas agrofloretais das populações germânicas que vieram ao centro do estado do Rio Grande do Sul. Aliás, uma dessas populações, da região de Hunsrück na Renânia prussiana, foi o mesmo grupo que, junto de outros, colonizou o Alto Vale do Itajaí (SC). Relly (2019: 240-245) aponta que para o caso sul-rio-grandense a pecuária dos teuto-brasileiros se desenvolveu conforme o sistema centro-europeu de estabilização dos animais e de cercamento da área de pasto. O mesmo pode ser identificado para o Alto Vale, onde também os bovinos eram levados diariamente ao *Stahl* (estábulo) para a ordenha e para a pernoite. Em ambos os casos havia a concentração do esterco bovino, o que facilitava a coleta e a utilização como adubo.

Embora o motivo exato desta circunstância permaneça pouco preciso, o tabaco no Brasil geralmente esteve associado à pequena pecuária intensiva. É possível que o esterco fosse um imperativo à qualidade lavoura tabaqueira – exigente em termos de solo<sup>8</sup> – e que o antigo emprego do couro bovino para encapar os rolos de fumo produzidos (Cabral 2012: 210; Vogt 1997: 27) tenha contribuído para essa convivência. Como a pecuária em questão deve envolver alguma técnica de confinamento, algo levado ao limite pela estabilização dos colonos europeus e antagônico a diferentes sistemas pecuários no Brasil (seja a criação em terras de uso comum

---

<sup>7</sup> Observemos outro modo de combinar tabaco e gado, dessa vez no recôncavo baiano do fim do século XVIII e início do XIX. Os lavradores com recurso suficiente (que em certos locais somavam perto de 59% dos lavradores) criavam gado, parte da tropa sendo voltada especificamente à estrumação, vide o nome presente nos inventários da época: “gado de estrumar”. O método de estrumação estava baseado no uso de currais portáteis, os quais eram armados sobre parte de terreno para onde as mudas de fumo seriam transplantadas e cujo solo era previamente coberto com outros materiais orgânicos, como ramos de mato, que auxiliassem a fermentação vindoura. Ali o gado ficaria confinado por uma semana ou mais, quando o curral portátil seria transferido para outra porção da terra, a fim de dar continuidade e extensão ao processo (Barickman 2003: 297).

<sup>8</sup> A delicadeza do cultivo tabaqueiro se faz notar desde seu plantio, que é realizado em canteiros próximos da habitação, para que sejam constantemente vigiados e cuidados. Observa-se que o relato do emprego de canteiros no Rio Grande do Sul data pelo menos de 1922 (Rocha 1988: 183). O uso de canteiro para futuro transplante já era presente na fumicultura baiana de mão de obra escrava no início do século XIX (Barickman 2003: 293-294).

ou a pecuária de latifúndios), quiçá esteja aí um fator explicativo à tendência da agroindústria fumageira se concentrar – cientemente por partes das empresas fumageiras – em regiões de colonização europeia, especialmente alemã. Isso se torna mais patente quando se percebe que os principais polos tabaqueiros são vizinhos de regiões com baixa expressão nesse setor, mas com alta participação pecuária, notadamente extensiva. Tal é o caso do Planalto Sul catarinense, próximo das regiões produtivas do Vale do Itajaí e do Planalto Norte e o caso da Campanha gaúcha, próxima da capital fumageira do país, o Vale do Rio Pardo.

Assim, o que o estudo do cultivo de tabaco no Brasil parece indicar como diacrítico em relação a outros cultivos é o fato de, no mínimo, complementar – quando não substituir – técnicas de coivara com técnicas de adubação por esterco. Em termos históricos, isso possivelmente significou a cisão de pelo menos duas ações efetuadas pela coivara. A coivara representava pela própria combustão da biomassa um procedimento de abertura espacial de um novo eito para o cultivo (seja inédito, seja na “reabertura” de uma capoeira recuperada). Pela presença e ação das cinzas resultantes da combustão, a coivara implicava ainda a adubação do solo. Quando há uma associação com o esterco, a ação da coivara parece se restringir à ação de abertura espacial, deixando a adubação ao próprio esterco (e a alcalinização do solo, antes feita pelas cinzas, para os insumos de calagem). No entanto, até mesmo a ação de abertura espacial, em que o fogo queima a biomassa vegetal *in situ* (na mata ou na capoeira) foi comprometida com a fumicultura. Com o cultivo do tabaco vem seu beneficiamento na propriedade rural, cujo procedimento central é a secagem em estufas aquecidas. Em um primeiro momento histórico (até os anos 60/70), a lenha utilizada para a queima e para o arrefecimento do ar na cura do tabaco vinha das matas nativas de dentro das propriedades dos colonos, o que fazia necessário cortar e transportar a biomassa para a estufa. Somente a partir dos anos setenta e oitenta, as empresas fumageiras incentivaram o cultivo de áreas “reflorestamento” de eucaliptos, cujo plantio era voltado para a obtenção de lenha<sup>9</sup>.

---

<sup>9</sup> Consideremos o seguinte comentário do geógrafo supracitado: “Tanto pequenos produtores camponeses quanto grandes senhores escravistas tinham de praticar a agricultura em solos pobres. Sem a ajuda de um rebanho animal considerável e adequadamente acondicionado em estábulos – exceção feita aos cultivadores de tabaco –, eles precisavam incorporar as matas como cinzas nutritivas as suas lavouras, reduzindo a quantidade de biomassa que poderia ser aproveitada como madeira” (Cabral 2012: 221). Nota-se que adentrar na exceção, ou seja, no contexto dos cultivadores de tabaco, implica uma inversão complementar da lógica descrita acima. Graças à estrumação, não é preciso incorporar as matas como cinzas nutritiva, logo a madeira pode, sim, permanecer para outros usos, coisa que acontece, de fato, nas estufas e galpões de beneficiamento do fumo (em um primeiro momento, a partir da mata nativa, depois a partir de árvores de reflorestamento).

Necessitando ainda de dados que reforcem algumas interpretações, esta seção elencou conexões dentro das operações técnicas da história da fumicultura no Brasil a fim de subsidiar hipóteses que expliquem a diminuição do imperativo agrícola da coivara, o que, por conseguinte, explica a redução de pixuruns. Como discutido nos últimos parágrafos, a relação estreita entre fumicultura e adubação por esterco animal, (adubo decorrente da estabilização a que os teuto-brasileiros recorriam), inclui o efeito fertilizante das cinzas da coivara. Além disso, a necessidade de lenha para a secagem do tabaco tornou menos vantajoso queimar a biomassa vegetal no local de cultivo, em vez de empregá-la na estufa. Assim, duas operações técnicas, antes unidas na coivara, foram distribuídas, desassociadas e substituídas, ao menos em parte, por outros meios de ação.

A essas relações bastante amplas, e quiçá por isso hipotéticas, somam-se circunstâncias mais definidas e é importante mencioná-las antes de avançarmos. Nos anos sessenta, época que marcou a derrocada dos engenhos de farinha no Alto Vale do Itajaí e a ascensão da fumicultura agroindustrial na região, uma das principais estratégias das empresas fumageiras se centrava no adubo químico. Como demonstrou na época a socióloga Élide Liedke, pelo menos duas táticas distintas envolviam os adubos. Por um lado, os instrutores agrícolas das empresas utilizavam a eficiência do adubo químico como isca e porta de entrada, ao oferecerem, a custos abaixo do mercado, uma determinada porção para que os colonos testassem cultivando tabaco em parte da lavoura e depois o vendessem à empresa, que o pagaria bem (Liedke 1977: 61). Por outro, um importante mecanismo de crédito rural era o financiamento por parte dos bancos especificamente dos adubos a serem utilizados pelo colono integrado à fumageira (Liedke 1977: 121).

Além do mais, esses adubos químicos serviram, no início dos anos sessenta, de índice para estudos estatais da agricultura em Santa Catarina. Graças às relações contratuais entre fumicultores e empresas fumageiras firmadas pelo Sistema Integrado de Produção do Tabaco, o tabaco era o único cultivo com fornecimento regular de adubo químico, objeto que constituía o critério de um relatório estatal que concluiu: “excluindo o fumo, não temos agricultura racional” (Santa Catarina 1960 apud Lohn 1997: 187). Noto que o relatório foi realizado antes da massificação do uso de adubos químicos no Brasil, parcialmente resultado do Sistema Nacional de Crédito Rural, instalado efetivamente em 1965. Essa é uma circunstância que vale mencionar por reforçar a proximidade entre o tabaco e a adubação (no momento tanto pelo esterco quanto por adubos químicos), o que por sua vez aponta como em alguma medida os colonos fumicultores prescindiam desde então da coivara como método adubação.

## Considerações finais

O que se evidenciou com a descrição da ação conjunta da roçada (limpeza concomitante dos eitos) é que as relações sociais no *pixurum* são indistinguíveis de sua tecnicidade. Em outras palavras, as relações sociais, instanciadas simultaneamente entre foices, música e bebida, eram, elas mesmas, a técnica empregada para propiciar um terreno apropriado à queima da coivara. Se nos anos sessenta e setenta os *pixuruns* deixaram de ser uma coordenação necessária e um ponto de passagem obrigatório na confecção de uma lavoura é porque o monocultivo fumageiro implementado se relacionava com outra dimensão já presente na vida dos colonos, a adubação por vias não pirotécnicas, originalmente via esterco resultante da pecuária de estabilização e depois via adubos químicos. Logo, a organização social do trabalho agrícola se transformou porque outras relações sociais igualmente presentes no grupo passaram a protagonizar a faceta mercantil da vida rural. Deparamo-nos, enfim, com um antigo argumento das estudiosas da fumicultura sul-brasileira (Liedke 1977; Montali 1979), isto é, que a reorientação capitalista das forças produtivas na agricultura do Sul do Brasil não implicou de início a instalação de processos de trabalho inéditos ou a revolução completa dos meios de produção, senão o aproveitamento e a incorporação capitalistas das relações técnicas e sociais pré-existentes, presentes na história dos vários campesinatos.

Em síntese, a hipótese central deste trabalho é a seguinte. Com o entrave normatizador imposto aos engenhos de farinha, o cultivo e o beneficiamento da mandioca deixaram de cumprir um papel econômico crucial. Na mesma época, o complexo fumageiro se alastrava por Santa Catarina, oferecendo um cultivo essencialmente comercial. Sua adoção implicava o preparo da roça com adubo biológico (estrume) ou químico (industrial, fornecido pelas empresas fumageiras). Assim, o efeito fertilizante das coivaras realizadas anteriormente para as roças de mandioca deixou de ser suficiente e/ou necessário. Logo, se a coivara se tornou dispensável, o procedimento que a condicionava, isto é, o *mutirão* e sua roçagem simultânea e homogênea, deixou de ser uma operação estratégica e intrínseca à elaboração de uma roça. Por isso, por perder sua distintividade técnica, o *mutirão* diminuiu ao longo dos anos.

Além dessa conclusão em nível local, ofereço alguns apontamentos para os estudos dos processos de trabalho na agricultura. O declínio do *mutirão* não é um fenômeno fundamentalmente moral, como se espelhasse a passagem de uma sociedade agrícola coletivista de antigamente para um espírito individualista da agroindústria atual. Não que não haja um aspecto moral envolvido, pelo contrário, ele existe, mas, ao contrário do *pixurum* de outrora, é observável ainda hoje. Basta atentar a convicção vigente no Alto Vale (e alhures, certamente)

de que vizinhos, parentes e amigos devem se ajudar mutuamente, uns assumindo o serviço dos outros em momentos extraordinários (embora não raros) de ausência e dificuldade, como no caso de lesões, doenças e intempéries climáticas. Esses adjutórios nunca deixaram de ocorrer, coisa que os diferem historicamente dos mutirões. O que este texto aponta é a natureza técnica dos mutirões agrícolas que formam operações estratégicas, ou seja, impreteríveis, irrefreáveis e insubstituíveis, pelo menos até o momento em que o sistema técnico se transforme como um todo, com novos objetos, meios e objetivos.

O mutirão consiste, enfim, no que se pode chamar de uma “mão de obra de uso comum”, em uma analogia às terras de uso comum, porém voltando-se ao plano da força de trabalho, em vez de aos meios de produção. Essa caracterização poderá ser coerente na medida em que contrapor outra, isto é, a ideia de que o mutirão é uma reserva quantitativa de trabalhadores, a ser ativada para um cumprimento mais extenso dos processos de trabalho. O que se passa é bem distinto, pois o mutirão representa uma capacidade qualitativa sem igual de trabalho, por meio, é claro, de um número elevado de trabalhadores em coordenação. Com seu declínio, o que se constata é uma atomização técnica da rotina do trabalho agrícola, a qual se torna menos dependente das relações vicinais e de parentesco, ambas de caráter horizontal e igualitário no que tange às decisões técnicas de cada estabelecimento agrícola. Na verdade, talvez o que chamei de atomização seja o deslocamento da rede de relações técnicas para a cobertura das agências de assistência agropecuária, sejam elas privadas de sistemas integrados (como é o caso da fumicultura, além da avicultura e da suinocultura) ou públicas, as empresas governamentais de atendimento aos agricultores. Nessas relações de instrução técnica são instâncias hierárquicas as fornecedoras de meios ímpares para garantir a eficácia agrícola, qual seja, insumos, capacitação, equipamentos e o crédito financeiro que baliza tudo isso. Aparentemente, faltam estudos nas ciências sociais que se voltem para como esses materiais e essas expectativas se apresentam realmente nas técnicas concretas que dão o ritmo do trabalho e da vida dos camponeses. Há de se explorar todo um campo de investigações entre pesquisas sobre a transformação histórica de um sistema agrícola em outro e sobre a conformação técnica dos atuais sistemas, conjugando dados de camponeses, empresas privadas e agências estatais.

## Referências

BAHIA, Joana. 2011. *O tiro da bruxa: identidade, magia e religião na imigração alemã*. Rio de Janeiro: Garamond.

BARICKMAN, Bert Jude. 2003. *Um contraponto baiano: açúcar, fumo, mandioca e escravidão no Recôncavo, 1780-1860*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. 2009. “O trabalho como festa: algumas imagens e palavras sobre o trabalho camponês acompanhado de canto e festa”. In: GODOI, Emilia Pietrafesa de; MENEZES, Marilda Aparecida de; MARIN, Rosa Acevedo (Org). *Diversidade do campesinato: expressões e categorias*. Construções identitárias e sociabilidades. Vol. 1. São Paulo: Editora da UNESP; Brasília: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural /NEAD: 39-53.

CABRAL, Diogo de Carvalho. 2012. *‘Bosque de Madeiras’ e outras histórias: a Mata Atlântica no Brasil colonial (séculos XVIII E XIX)*. Tese de Doutorado em Geografia. Programa de Pós-Graduação em Geografia. Universidade Federal do Rio de Janeiro.

DI DEUS, Eduardo. 2017. *A dança das facas: trabalho e técnica em seringais paulistas*. Tese de Doutorado em Antropologia Social. Departamento de Antropologia. Universidade de Brasília.

DIONÍSIO, Ana. 2016. *Memórias de trabalho, veneno e fumaça: uma análise histórica sobre os impactos socioambientais da produção integrada de tabaco no Alto Vale do Rio Tijucas (SC, 1970-2000)*. Dissertação em Mestrado em História Cultural. Departamento de História, Universidade Federal de Santa Catarina.

LEMONNIER, Pierre. 1992. *Elements for an anthropology of technology*. Ann Arbor: Museum of Anthropology, University of Michigan.

LIEDKE, Élide. 1977. *Capitalismo e camponeses: relações entre indústria e agricultura na produção de fumo no Rio Grande do Sul*. Dissertação de Mestrado em Sociologia. Instituto de Ciências Humanas. Universidade de Brasília.

LOHN, Reinaldo Lindolfo. 1997. *Campos do atraso, campos modernos: discursos da extensão rural em Santa Catarina (1956-1975)*. Dissertação de Mestrado em História, Departamento de História, Universidade Federal de Santa Catarina.

LOPES, Gustavo Acioli. 2005. “A ascensão do primo pobre: o tabaco na economia colonial da América Portuguesa - um balanço historiográfico”. *Saeculum*, 12: 22-37.

MONTALI, Lilia. 1979. *Do núcleo colonial ao capitalismo monopolista: produção de fumo em Santa Cruz do Sul*. Dissertação de Mestrado em Sociologia. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo.

PEIRANO, Mariza. 2002. “Rituais como estratégia analítica e abordagem etnográfica”. In: PEIRANO, Mariza. (Org.) *O dito e o feito: ensaios de antropologia dos rituais*. Rio de Janeiro: Editora Relume Dumará, 7-14.

RELLY, Eduardo. 2019. *Wald e Urwald: transferências agrícolas e florestais entre Brasil e Alemanha através da emigração (1849-1880)*. Tese de Doutorado em História. Departamento de História e Estudos Culturais. Freien Universität Berlin.

ROCHA, Jorge Luiz da. 1988. *Os colonos alemães de Santa Cruz e a fumicultura: Santa Cruz do Sul; Rio Grande do Sul – 1849-1881*. Dissertação de Mestrado em História. Departamento de História. Universidade Federal do Paraná.

ROCHE, Jean. 1969. *A colonização alemã e o Rio Grande do Sul – Tomo I*. Porto Alegre: Ed. Globo.

SERAPHIM, Yves Marcel. No prelo. “Venenosos abraços: o disciplinamento fumo-fumicultor no Alto Vale do Itajaí (SC)”. *R@U: Revista de Antropologia Social dos Alunos do PPGAS-UFSCAR*.

SEYFERTH, Giralda. 1974. *A colonização alemã no vale do Itajaí-Mirim: um estudo de desenvolvimento econômico*. Editora Movimento. Porto Alegre.

SEYFERTH, Giralda. 1992a. “As contradições da liberdade: análise de representações sobre a identidade camponesa”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 7(18): 1-19. Disponível em: [http://www.anpocs.com/images/stories/RBCS/18/rbcs18\\_06.pdf](http://www.anpocs.com/images/stories/RBCS/18/rbcs18_06.pdf). Acesso em 23 mar. 2021.

SEYFERTH, Giralda. 1992b. “Trabalho assalariado, trabalho artesanal e campesinato”. *Antropologia Social Comunicações do PPGAS*, 1: 127-145.

SEYFERTH, Giralda. 2004. “A ideia de cultura teuto-brasileira: literatura, identidade e os significados da etnicidade”. *Horizontes Antropológicos*, 22, p. 149-197.

SILVA, Ana Paula de Albuquerque. 2015. *Produção fumageira: fazendas e lavradores no recôncavo da Bahia*. Dissertação de Mestrado em História Social. Departamento de História. Universidade Federal da Bahia.

SILVA, Leonardo Xavier da. 2002. *Análise do complexo agroindustrial fumageiro sul-brasileiro sob o enfoque da economia dos custos de transação*. Tese de Doutorado em Economia. Faculdade de Ciências Econômicas. Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

VOGT, Olgário. 1997. *A produção do fumo em Santa Cruz do Sul, RS (1849-1993)*. Dissertação de Mestrado em História. Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal do Paraná.